

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Ansião” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República n.º 149 de 30/06/1994, Série III, com sede em “Ribeiro da Vide – 3240-102 Ansião”. Tem como atividade “apoio à infância e 3ª Idade” para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Família, através da proteção à Infância e 3ª Idade, e o apoio a todos os cidadãos carenciados de Auxílio material e espiritual

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2011 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2010.

Ajustamentos de Transição

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais

Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	219.887,47
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
doações	-
subs	(884.914,78)
revalor	-
Impostos Diferidos	-
Total Ajustamentos	(884.914,78)
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	1.104.802,25

Reconciliação do Resultado

Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	48.326,41
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
doações	
subs	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	-
Resultado Líquido SNC-ESNL	48.326,41

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Natureza	Vida Útil	Taxas
Terrenos e recursos Naturais		
Edifício e Outras Construções		
-Edificações Ligeiras	6 anos	16,66%
-Outros edifícios e Construções	50 anos	2,00%
Equipamento Básico	6 anos	16,66%
Equipamento de Transporte	5 anos	20,00%
Ferramentas e Utensílios	4 anos	25,00%
Equipamento Administrativo		
-Equipamento Informático	5 anos	20,00%
-Programas de Computador	3 anos	33,33%
Outro Eq. Administrativo	6 anos	16,66%

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes/Utentes e outras contas a Receber

Os “*Clientes/Utentes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.



3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	422.133,50	-	-	-	-	422.133,50
Edifícios e outras construções	1.781.700,86	-	-	-	-	1.781.700,86
Equipamento básico	350.467,53	-	-	-	-	350.467,53
Equipamento de transporte	136.410,86	-	-	-	-	136.410,86
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	111.397,78	-	-	-	-	111.397,78
Outros Ativos fixos tangíveis	6.675,71	-	-	-	-	6.675,71
Total	2.808.786,24	-	-	-	-	2.808.786,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	568.465,47	31.342,24	-	-	-	599.807,71
Equipamento básico	362.750,59	1.149,19	-	-	-	363.899,78
Equipamento de transporte	127.369,26	4.520,80	-	-	-	131.890,06
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	97.632,45	-	-	-	-	97.632,45
Outros Ativos fixos tangíveis	4.645,73	-	-	-	-	4.645,73
Total	1.160.863,50	37.012,23	-	-	-	1.197.875,73

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

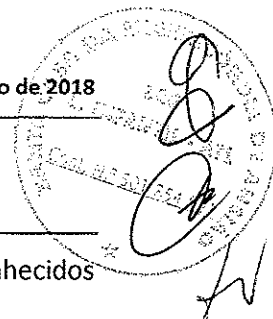
31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	422.133,50	-	-	-	-	422.133,50
Edifícios e outras construções	1.781.700,86	-	-	-	-	1.781.700,86
Equipamento básico	350.467,53	17.921,10	-	-	-	368.388,63
Equipamento de transporte	136.410,86	-	-	-	-	136.410,86
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	111.397,78	-	-	-	-	111.397,78
Outros Ativos fixos tangíveis	6.675,71	-	-	-	-	6.675,71
Total	2.808.786,24	17.921,10	-	-	-	2.826.707,34
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	599.807,71	31.342,24	-	-	-	631.149,95
Equipamento básico	363.899,78	3.718,68	-	-	-	367.618,46
Equipamento de transporte	131.890,06	4.520,80	-	-	-	136.410,86
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	97.632,45	-	-	-	-	97.632,45
Outros Ativos fixos tangíveis	4.645,73	-	-	-	-	4.645,73
Total	1.197.875,73	39.581,72	-	-	-	1.237.457,45

Nota:

Edifício afecto à 3ª idade, artigo Urbano nº 2426, encontra-se hipotecado como garantia dos empréstimos contraídos no ano de 2010 nos montantes iniciais de 400.000€ e 250.000 €.

- Art 466 e 2961 – Doados na razão de 135/4800

- Artigo urbano nº 2747, doado pela Irmã Rosa Maria Gaspar Soares, com direitos de usufruto até à morte do imóvel identificado com direito a receber por parte da Instituição, Alimentos, vestuário, tratamento médico, medicamentos em caso de Doença.



6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Montante Empréstimos Contratados	Anos Contrato Empréstimo	Montante em Dívida	Valor Juros Período
250.000,00 €	10 Anos	30.055,10 €	1.708,37€
400.000,00 €	15 Anos	191.275,24 €	6.146,87€
65.000,00 €	Contas Cauçionadas	0,00 €	0.00€

Nota:

- Empréstimo de 250.000€ - Contraído em Setembro de 2009, para regularização de fornecedores
- Empréstimo de 400.000€ - contraído em Outubro de 2010, para pagamento de parte de construção do centro infantil;

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Movimentos	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo 2018	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo 2017
Existências iniciais	3.227,20 €	7.552,71 €
Compras	135.451,57€	139.369,03 €
Auto Consumos		
Regularização de existências		
Existências finais	2.616,80 €	3.227,20 €
Gasto do exercício	143.105,72 €	143.694,54 €

O saldo de Géneros Alimentares a 31 de Dezembro de 2018, encontra-se valorizado em 2.616,80€

8. Rédito

Para o período de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Categoria de rédito	2018	2017
Venda de bens		
Prestação de serviços	597.907,42 €	561.395,10 €
Subtotal	597.907,42 €	561.395,10 €
Juros		
Royalties		
Dividendos		
Outros réditos	42.856,95 €	39.732,71 €
Subtotal	42.856,95 €	39.732,71 €
Total	640.764,37€	601.127,81 €

Nota:

O valor inscrito nas prestações de serviços, diz respeito às mensalidades pagas pelos Utentes da instituição.

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

- Centro Regional de Segurança Social: **657.699,92€**
- Outras entidades públicas: **17.641,39€**

- Os montantes recebidos por parte da Segurança Social, dizem respeito aos acordos estabelecidos entre as duas instituições;

- Os montantes na rubrica outras entidades publicas, dizem respeito ao recebimento das verbas relacionadas com o estabelecimento de contratos de Inserção e estágios profissionais;

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018, apresentava os seguintes saldos:

Doações: **247.194,17€**, contabilizado na conta 594, dizem respeito a doações de irmãos.

10.2. Clientes e Utentes

Para o período de 2018 a rubrica "*Clientes/Utentes*" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Utentes: **9.911,26€**

10.3. Outras contas a receber

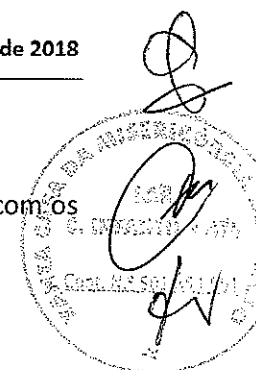
A rubrica "*Outras contas a receber*" tinha, em 31 de Dezembro de 2018, a seguinte decomposição:

• Credores por acréscimos de gastos:	124.853,85€
• Valores de Idosos à Guarda da Instituição	14.030,14€
• Devedores Diversos	18.553,31€

10.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

• Gastos a reconhecer:	
○ Diferimentos seguros:	2.208,82€
○ Custos Plurianuais:	1.780,68€
• Rendimentos a reconhecer:	
○ Outros rendimentos a reconhecer :	24.933,29€



10.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

○ Caixa:	131,82€
○ CGD:	4.723,45€
○ CCAM:	21.566,62€

10.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

○ PIDDAC:	8.658.06€
○ PARES-CIPAR-605.2.94:	4.641.10€
○ PRODER:	3.876,73€

10.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

○ Fornecedores c/c:	27.992,62€
---------------------	------------

10.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

○ Retenções de IRS (trabalho dependente):	3.265,69€
○ Retenções de IRS (trabalho independente):	465,69€
○ Segurança Social:	17.216,49€

10.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

○ Devedores e credores por acréscimos:	124.853,85€
○ Devedores diversos:	18.353,31€

10.10. Fornecimentos e serviços externos

Desagregação da conta 62	2018	2017
622 - Trab. Especializados	71.900,16	65.253,57 €
6221 - Trabalhos especializados	17.721,69	13.316,78 €
6222 - Publicidade e propaganda	363,34	98,40 €
6223 - Vigilância e segurança	203,08	225,34 €
6224 - Honorários	39.348,26	34.330,07 €
6225 - Comissões	2.301,92	2.607,51 €
6226 - Conservação e reparação	11.303,42	13.496,85 €
6228 - Outros	658,45	1.178,62 €
623 - Materiais	11.474,05	12.161,70 €
6231 - Ferramentas e Utensílios	6.906,01	7.034,65 €
6232 - Livros e doc. Técnica		30,75 €
6233 - Material de escritório	1.949,49	1.927,02 €
62381 - Material didático	1.466,69	2.337,74 €
62328 - Jornais e revistas		110,00 €
62383 - Vestuário e calçado utentes		0,00 €
6234 - Artigos para oferta		721,54 €
624 - Energia e fluidos	76.133,73	70.031,99 €
6241 - Electricidade	31.804,50	29.559,94 €
6242 - Combustíveis	10.163,26	8.011,52 €
6243 - Água	6.397,90	6.629,27 €
6248 - Outros	27.768,07	25.831,26 €
625 - Deslocações e estadas	460,81	391,75 €
626 - Serviços diversos	38.057,49	35.425,20 €
6261 - Rendas e alugueres	4.640,28	2.999,93 €
6262 - Comunicação	3.543,33	3.464,42 €
6263 - Seguros	3214,87	4.915,46 €
6265 - Contencioso e notariado	375,00	617,28 €
6266 - Despesas de Representação		
6267 - Limpeza, higiene e conforto	20.776,05	22.640,51 €
6268 - Outros serviços	5.507,96	787,60 €
62682 - Enc. com saúde de utentes	913,85	36,50 €
62683 - Rouparia	1019,30	499,80 €
62686 - Outros serviços	3.574,81 €	€
Total:	198.026,24 €	183.264,21 €

10.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

○ Imputação de sub. para investimentos:	17.175,89€
○ Restituição de impostos	5.017,35€
○ Outros não especificados (donativos)	16.927,46€

10.12. Resultados Financeiros

No período de 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

○ <u>Juros e gastos similares suportados:</u>	
○ Juros suportados:	7.855,24€
○ <u>Juros e rendimentos similares obtidos:</u>	
○ Juros obtidos:	0,00€

10.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.


11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Ansião, 18 de Março de 2019

O Técnico Oficial de Contas



Mesa_directiva
